

Juiz eleitoral não vê excesso dos candidatos no Plano Piloto

O juiz Níveo Geraldo Gonçalves, nomeado há uma semana pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral) para fiscalizar a propaganda eleitoral na cidade, disse ontem, após vistoriar o Plano Piloto, que não há excessos nas quadras de Brasília. O maior trabalho a ser enfrentado por ele e os oficiais de justiça, acredita o juiz, deverá ocorrer após o dia 24 de junho, quando terminam as convenções partidárias.

Níveo Gonçalves se preparava para ir, no final da tarde de ontem, a Taguatinga. Ele já mandou ofício aos presidentes de todos os partidos políticos da cidade, alertando-os sobre os riscos decorrentes da desobediência à legislação eleitoral, "que vão da prisão à cassação

do registro", acrescentou.

A preocupação atual tanto do juiz quanto do TRE é a de impedir propaganda de candidatos a cargos eletivos antes das respectivas convenções partidárias. Semana passada, o PL (Partido Liberal) teve que tirar do ar um programa de cerca de 30 segundos, apresentando o candidato Elmo Serejo. Níveo Gonçalves destaca que só é permitida a utilização dos tapumes e **pirulitos** na campanha, tratando-se de equipamentos públicos.

CRIMES ELEITORAIS

Para fiscalizar a propaganda eleitoral de Brasília, o juiz Níveo Gonçalves tem em mãos a Resolução 16.402, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), data-

da em 17 de abril último e contendo nada menos que 80 artigos. De acordo com o TSE, todo cidadão que tiver conhecimento de infração penal cometida na propaganda deverá comunicá-la ao juiz eleitoral.

Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem para obter voto, ainda que a oferta não seja aceita, é considerado um dos mais graves crimes eleitorais, podendo acarretar em reclusão de até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

A cassação do registro pode acontecer se o candidato divulgar qualquer espécie de propaganda política na data da eleição.